

SUMÁRIO

PARTE I | ORIENTAÇÕES EXTRAJUDICIAIS

1.	RELAÇÃO ADVOGADO-CLIENTE E A RELAÇÃO CONTRATUAL...	3
1.1	O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.....	3
1.2	ATUAÇÃO PROFISSIONAL	3
1.3	AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM FORNECIDOS PELO CLIENTE	5
1.3.1	Modelo de ficha de cliente	5
1.4	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
1.4.1	Modelo de contrato de prestação de serviços.....	9
1.4.2	Modelo de termo de distrato contratual.....	12
1.5	INSTRUMENTO DE MANDATO	12
1.5.1	Modelo de procuração	16
1.5.2	Modelo de substabelecimento.....	16
1.5.3	Modelo de termo de renúncia.....	16
1.6	A REPRESENTAÇÃO DO EMPREGADOR EM AUDIÊNCIA E A CARTA DE PREPOSIÇÃO.....	17
1.6.1	Modelo de carta de preposição	18
1.7	OUTROS DOCUMENTOS.....	18
1.7.1	Modelo de declaração de pobreza.....	19
1.7.2	Modelo de carta ao cliente.....	19
1.7.3	Modelo de carta-convite à testemunha.....	19
1.8	CONTROLE FINANCEIRO	20
1.8.1	Modelo de recibo de pagamento.....	20
1.9	PARECER JURÍDICO	20
1.9.1	Modelo de um parecer jurídico.....	21
1.10	SUSTENTAÇÃO ORAL.....	23

PARTE II | PROCESSO TRABALHISTA

2.	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	29
2.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	29

2.2	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E PROCEDIMENTOS	29
2.3	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL NO PROCESSO CIVIL.....	30
2.4	REQUISITOS DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA NO PROCESSO DO TRABALHO	30
2.4.1	Requisitos externos	30
2.4.2	Requisitos internos.....	31
2.4.2.1	Designação da autoridade judicial a quem é dirigida.....	32
2.4.2.2	Qualificação das partes	32
2.4.2.3	Causa de pedir: exposição dos fatos e fundamentos	34
2.4.2.4	Tutela provisória.....	35
2.4.2.5	O pedido.....	35
2.4.2.5.1	Requisitos do pedido.....	39
2.4.2.5.2	Pedidos determinados e genéricos.....	39
2.4.2.5.3	Pedido fixo	40
2.4.2.5.4	Pedido alternativo	40
2.4.2.5.5	Pedidos sucessivos ou subsidiários	40
2.4.2.5.6	Pedido único e pedidos cumulados.....	40
2.4.2.5.7	Pedido de prestações sucessivas	41
2.4.2.5.8	Pedido com cominação.....	41
2.4.2.6	Requerimentos na reclamação trabalhista.....	42
2.4.2.6.1	Opção do autor por audiência de conciliação ou de mediação	42
2.4.2.6.2	Citação	42
2.4.2.6.3	Assistência judiciária gratuita	43
2.4.2.6.4	Intervenção do Ministério Público do Trabalho	45
2.4.2.6.5	Provas	45
2.4.2.6.6	Despesas processuais	45
2.4.2.6.7	Honorários advocatícios	45
2.4.2.7	Valor da causa no processo trabalhista.....	47
2.4.2.8	Assinatura do autor ou de seu representante	48
2.5	DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	48
2.6	PETIÇÃO INICIAL E O PROCESSO ELETRÔNICO	48
2.7	EMENDAS À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	50
2.8	ADITAMENTO À RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.....	51

2.9	PROCESSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIO PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL.....	51
2.10	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	52
2.11	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	55
2.12	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PELO PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	58
2.13	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA COM TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA.....	60
2.14	MODELO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PARA HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL.....	63
3.	TUTELA PROVISÓRIA.....	67
3.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	67
3.2	APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO.....	67
3.3	TUTELA PROVISÓRIA E SUAS ESPÉCIES.....	68
3.4	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	69
3.5	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA.....	69
3.5.1	Tutela de urgência de natureza cautelar.....	69
3.5.1.1	Tutela cautelar e sua finalidade.....	69
3.5.1.2	Tutela cautelar e medida liminar.....	70
3.5.1.3	Objeto da tutela provisória de natureza cautelar.....	71
3.5.1.3.1	Modelo de requerimento de tutela provisória em caráter incidental – modelo genérico.....	71
3.5.1.3.2	Arresto.....	72
3.5.1.3.3	Sequestro.....	74
3.5.1.3.4	Busca e apreensão.....	76
3.5.1.3.5	Exibição.....	78
3.5.1.3.6	Produção antecipada de provas.....	80
3.6	TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA.....	83
3.7	REQUISITOS LEGAIS.....	83
3.8	DANO PROCESSUAL E PREJUÍZO SOFRIDO.....	84
3.9	TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	84
3.10	PROCEDIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	85
3.10.1	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	86
3.10.2	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	87

3.11	CUSTAS PROCESSUAIS	87
3.12	RECURSO CONTRA A DECISÃO DE TUTELA PROVISÓRIA	88
3.13	MODELO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE	89
3.14	MODELO DE ADITAMENTO (RECLAMAÇÃO TRABALHISTA) À TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA (DE NATUREZA ANTECIPATÓRIA EM CARÁTER ANTECEDENTE)	91
3.15	MODELO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA – TÓPICO ESPECÍFICO DA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	95
4.	RESPOSTA DA RECLAMADA: CONTESTAÇÃO	97
4.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	97
4.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO	97
4.2.1	Citação e resposta no processo eletrônico (PJe)	99
4.2.2	Resposta, revelia e confissão quanto à matéria de fato	102
4.3	DAS PARTES	104
4.4	CONTESTAÇÃO	104
4.4.1	Conteúdo necessário da contestação	105
4.4.2	Preliminares processuais	105
4.4.2.1	Inexistência ou nulidade de citação	106
4.4.2.2	Incompetência absoluta e relativa	108
4.4.2.3	Incorreção do valor da causa	109
4.4.2.4	Inépcia da petição inicial	109
4.4.2.5	Extrínsecos à relação processual	110
4.4.2.6	Relativos às partes: incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	110
4.4.2.7	Convenção de arbitragem	111
4.4.2.8	Condições da ação	112
4.4.2.9	Indevida a concessão do benefício de gratuidade de justiça	112
4.4.3	Prejudiciais de mérito	112
4.4.4	Defesa de mérito	114
4.4.5	Documentos que acompanham a resposta da reclamada	115
4.5	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	116
4.6	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	120
4.7	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	124

5.	RESPOSTA DA RECLAMADA: PRELIMINARES E TEMAS ESPECÍFICOS	131
5.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	131
5.2	RESPOSTA DA RECLAMADA: ESPÉCIES E APRESENTAÇÃO.....	132
5.3	PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL (<i>RATIONE LOCI</i>).....	132
5.3.1	Critérios de fixação da competência territorial.....	134
5.4	PRELIMINAR E IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.....	134
5.4.1	Assistência jurídica integral e gratuita.....	134
5.4.2	Concessão do benefício da assistência jurídica integral e gratuita...	135
5.4.3	Procedimento do pedido, da preliminar e da impugnação ao pedido de assistência jurídica integral e gratuita.....	136
5.5	EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO.....	138
5.5.1	Imparcialidade do juiz.....	138
5.5.2	Procedimento da exceção de impedimento ou suspeição do juiz....	140
5.5.3	Impedimento e suspeição de outras pessoas.....	142
5.6	RECONVENÇÃO.....	142
5.6.1	Reconvenção e o processo do trabalho.....	142
5.6.2	Admissibilidade e procedimento.....	143
5.6.3	Revelia e a reconvenção.....	144
5.6.4	Reconvenção e compensação.....	144
5.6.5	Reconvenção e o litisconsórcio.....	145
5.6.6	Reconvenção e o processo de execução.....	145
5.7	MODELO DE PRELIMINAR DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL.....	145
5.8	MODELO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA.....	147
5.9	MODELO DE PETIÇÃO DE EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO.....	148
5.10	MODELO DE PETIÇÃO DE RECONVENÇÃO (PARTE DA CONTESTAÇÃO).....	149
6.	QUESTÕES PROCESSUAIS NA FASE DE CONHECIMENTO	151
6.1	PROTESTO “NÃO PRECLUSIVO”.....	151
6.1.1	Modelo de protesto escrito.....	153
6.2	O COMPARECIMENTO DAS TESTEMUNHAS NO PROCESSO TRABALHISTA.....	154
6.2.1	Modelo de petição de rol de testemunhas.....	156

6.3	RÉPLICA.....	157
6.3.1	Modelo de petição de réplica.....	158
6.4	A PROVA PERICIAL E OS QUESITOS.....	160
6.4.1	Conceito.....	160
6.4.2	Admissibilidade da prova pericial.....	160
6.4.3	Procedimento da perícia, do assistente técnico e dos quesitos.....	161
6.4.4	Modelo de petição de indicação de assistente técnico e quesitos....	162
6.5	ALEGAÇÕES FINAIS.....	163
6.5.1	Modelo de petição de razões finais escritas.....	164
6.6	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	166
6.6.1	Conceito de terceiro.....	166
6.6.2	Tipos de intervenção de terceiro.....	169
6.6.2.1	Assistência.....	170
6.6.2.1.1	Assistência simples.....	170
6.6.2.1.2	Assistência litisconsorcial.....	173
6.6.2.2	Oposição.....	176
6.6.2.2.1	Petição do oponente.....	179
6.6.2.2.2	Modelo de oposição.....	179
6.6.2.3	Nomeação à autoria.....	182
6.6.2.3.1	Preliminar de ilegitimidade passiva.....	186
6.6.2.3.2	Modelo de contestação, com preliminar de ilegitimidade passiva e a indicação do sujeito passivo da relação jurídica discutida.....	186
6.6.2.4	Denúnciação à lide.....	188
6.6.2.4.1	Conceito.....	188
6.6.2.4.2	Hipóteses legais.....	188
6.6.2.4.3	Procedimento.....	189
6.6.2.4.4	O cabimento da denúnciação da lide no processo do trabalho.....	189
6.6.2.4.5	Petição da denúnciação à lide.....	190
6.6.2.4.6	Modelo de denúnciação da lide.....	191
6.6.2.4.7	Factum principis e a denúnciação à lide.....	194
6.6.2.5	Chamamento ao processo.....	196
6.6.2.5.1	Petição do chamamento ao processo.....	198
6.6.2.5.2	Modelo de chamamento ao processo.....	198
6.6.2.6	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica...	200
6.6.2.6.1	Descon sideração da personalidade jurídica.....	200

6.6.2.6.2	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao processo do trabalho	202
6.6.2.6.3	Modelo de incidente de desconsideração da personalidade jurídica	204
6.6.2.7	Intervenção do <i>amicus curiae</i>	206
6.6.2.7.1	Modelo de intervenção na qualidade de <i>amicus curiae</i>	207
6.7	CARTAS PRECATÓRIAS E ROGATÓRIAS.....	208
6.7.1	Forma dos atos de comunicação.....	208
6.7.2	Requisitos das cartas.....	208
6.7.3	Cumprimento das cartas.....	209
6.7.4	Cartas urgentes	209
6.7.5	Cooperação internacional e as cartas rogatórias.....	210
6.7.5.1	Cooperação internacional no NCPC.....	210
6.7.5.2	Cartas rogatórias.....	211
6.7.5.3	Procedimento	211
7.	EMBARGOS DECLARATÓRIOS	213
7.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	213
7.2	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	213
7.3	CABIMENTO	214
7.4	EFETIVO CONTRADITÓRIO	218
7.5	JULGAMENTO	218
7.6	EFEITO MODIFICATIVO OU EFEITO INFRINGENTE.....	219
7.7	EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS	220
7.8	A DECISÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	222
7.9	PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ NA APRECIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	223
7.10	PRAZO RECURSAL.....	223
7.11	EMBARGOS PROTRELATÓRIOS.....	224
7.12	PROCESSAMENTO	225
7.13	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR CONTRADIÇÃO..	225
7.14	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS POR OMISSÃO (COM EFEITO MODIFICATIVO)	228
7.15	MODELO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONATÓRIOS.....	230

8.	RECURSO ORDINÁRIO	233
8.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	233
8.2	CABIMENTO	233
8.3	OBJETO	235
8.4	RECURSO ORDINÁRIO NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	235
8.5	RECURSO ORDINÁRIO DA UNIÃO. A DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO E A SENTENÇA TRABALHISTA. OS RECOLHIMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E DO IMPOSTO DE RENDA..	235
8.6	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	239
8.7	PRAZO RECURSAL.....	241
8.8	PREPARO RECURSAL.....	242
8.8.1	Recolhimento das custas processuais	244
8.8.1.1	Custas processuais em caso de inversão de sucumbência.	246
8.8.1.2	Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial)	247
8.8.2	Recolhimento do depósito recursal	247
8.8.2.1	Modelo de Guia de Recolhimento	251
8.8.3	Multas processuais e o preparo recursal.....	252
8.8.4	Comprovação do preparo recursal.....	253
8.9	EFEITOS	253
8.10	PROCEDIMENTO.....	254
8.11	ESTRUTURA	255
8.12	CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO.....	256
8.13	SUSTENTAÇÃO ORAL.....	256
8.14	MODELO DE RECURSO ORDINÁRIO	256
8.15	MODELO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO	260
9.	AGRAVO DE INSTRUMENTO	263
9.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	263
9.2	CABIMENTO	263
9.2.1	Agravo de instrumento contra decisão que admite apenas parcialmente o recurso de revista.....	264
9.3	PRAZO RECURSAL.....	265
9.4	PREPARO RECURSAL.....	265
9.4.1	Custas processuais.....	265
9.4.2	Depósito recursal.....	266
9.4.3	Comprovação do preparo recursal.....	266
9.5	FORMAÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	266
9.6	EFEITOS	269

9.7	PROCESSAMENTO	269
9.8	ESTRUTURA	271
9.9	CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	271
9.10	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	272
9.11	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	274
10.	AGRAVO INTERNO.....	277
10.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	277
10.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	277
10.3	PREPARO	280
10.4	PROCESSAMENTO	280
10.5	AGRAVO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU INFUNDADO.....	281
10.6	ESTRUTURA	281
10.7	CONTRAMINUTA AO AGRAVO.....	281
10.8	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO (ART. 896, §§ 12 E 14, CLT).....	282
11.	AGRAVO DE PETIÇÃO.....	285
11.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	285
11.2	CABIMENTO	285
11.3	OBJETO DO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	288
11.4	O AGRAVO DE PETIÇÃO E A EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	289
11.5	PRAZO RECURSAL.....	290
11.6	PREPARO RECURSAL.....	290
	11.6.1 Custas processuais.....	290
	11.6.2 Depósito recursal.....	290
11.7	EFEITOS.....	291
11.8	PROCEDIMENTO.....	292
11.9	ESTRUTURA	293
11.10	CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	294
11.11	MODELO DE PETIÇÃO DE AGRAVO DE PETIÇÃO.....	294
11.12	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE PETIÇÃO.....	299
12.	RECURSO DE REVISTA.....	305
12.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	305
12.2	CABIMENTO	305

12.2.1	Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>a</i>).....	306
12.2.2	Divergência jurisprudencial (art. 896, alínea <i>b</i>).....	311
12.2.3	Violação literal de dispositivo de lei federal ou afronta direta e literal da Constituição Federal (art. 896, alínea <i>c</i>).....	312
12.2.4	Recurso de revista em procedimento sumaríssimo.....	313
12.2.5	Recurso de revista em execução trabalhista.....	313
12.2.6	Recurso de revista nas execuções fiscais e nas controvérsias que envolvam a CNDT.....	314
12.2.7	Recurso de revista em agravo de instrumento.....	314
12.2.8	Recurso de revista em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	314
12.3	NOÇÕES SOBRE A UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.....	315
12.4	PREQUESTIONAMENTO.....	318
12.5	TRANSCENDÊNCIA.....	322
12.6	RECURSOS DE REVISTA (E DE EMBARGOS NO TST) REPETITIVOS...	325
12.6.1	Seleção dos múltiplos recursos com idêntica questão de direito.....	326
12.6.2	Órgão julgador.....	327
12.6.3	Procedimento do incidente de recursos repetitivos.....	327
12.6.4	Incidente de não afetação do recurso e prosseguimento da ação ...	331
12.6.5	Acórdão paradigma.....	331
12.7	PRAZO RECURSAL.....	335
12.8	PREPARO RECURSAL.....	335
12.8.1	Recolhimento das custas processuais.....	337
12.8.1.1	Modelo de Guia de Recolhimento da União (GRU Judicial).....	339
12.8.2	Recolhimento do depósito recursal.....	339
12.8.2.1	Modelo de Guia de Recolhimento.....	342
12.8.3	Multas processuais e o preparo recursal.....	343
12.8.4	Comprovação do preparo recursal.....	344
12.9	EFEITOS.....	344
12.10	PROCEDIMENTO.....	344
12.11	ESTRUTURA.....	348
12.12	CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA.....	349
12.13	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA.....	349
12.14	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE REVISTA.....	352

12.15	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	356
12.16	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES EM RECURSO DE REVISTA EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	359
13.	EMBARGOS NO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	361
13.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	361
13.2	CABIMENTO	361
13.2.1	Embargos de divergência.....	362
13.2.2	Embargos infringentes.....	366
13.3	PRAZO RECURSAL.....	367
13.4	PREPARO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	367
13.5	EFEITOS DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	367
13.6	PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	367
13.7	ESTRUTURA DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	369
13.8	CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	369
13.9	EMBARGOS NO TST (E RECURSOS DE REVISTA) REPETITIVOS	369
13.10	MODELO DE PETIÇÃO DE EMBARGOS POR DIVERGÊNCIA	370
13.11	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	373
14.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	377
14.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	377
14.2	HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	377
14.2.1	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	379
14.2.2	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	380
14.2.3	Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição ou de lei federal.....	381
14.3	O RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A REPERCUSSÃO GERAL	381
14.4	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E O PROCESSO DO TRABALHO.....	382
14.5	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS REPETITIVOS.....	384
14.6	DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.....	385
14.7	PRAZO RECURSAL.....	386
14.8	PREPARO RECURSAL.....	386
14.9	EFEITOS.....	387
14.10	PROCEDIMENTO.....	387
14.10.1	Admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i>	388
14.10.2	Admissibilidade pelo tribunal <i>ad quem</i>	388

14.11	ESTRUTURA	390
14.12	CONTRARRAZÕES.....	390
14.13	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	391
14.14	MODELO DE PETIÇÃO DE CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	393
15.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	397
15.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	397
15.2	CABIMENTO	397
15.3	PRAZO RECURSAL.....	399
15.4	PREPARO	400
15.5	EFEITOS	400
15.6	PROCEDIMENTO.....	400
15.7	ESTRUTURA	401
15.8	MODELO DE PETIÇÃO DE CORREIÇÃO PARCIAL	402
16.	PEDIDO DE REVISÃO	405
16.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	405
16.2	CABIMENTO	405
16.3	PRAZO RECURSAL.....	406
16.4	PREPARO RECURSAL.....	407
16.5	EFEITOS	407
16.6	PROCEDIMENTO.....	407
16.7	ESTRUTURA	407
16.8	CONTRARRAZÕES.....	407
16.9	MODELO DE PETIÇÃO DE PEDIDO DE REVISÃO	408
17.	RECURSO ADESIVO	409
17.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	409
17.2	CABIMENTO	409
17.3	OBJETO	411
17.4	PRAZO RECURSAL.....	411
17.5	PREPARO RECURSAL.....	411
17.6	EFEITOS	411
17.7	PROCEDIMENTO.....	411
17.8	ESTRUTURA	412
17.9	CONTRARRAZÕES.....	412
17.10	MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO.....	412

18. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	415
18.1 CONCEITO DE LIQUIDAÇÃO E A SUA NATUREZA JURÍDICA.....	415
18.2 REGRAS GERAIS QUANTO À LIQUIDAÇÃO TRABALHISTA	415
18.3 LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS	418
18.3.1 Modelo de petição de apresentação de cálculos de liquidação	419
18.4 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	420
18.4.1 Modelo de petição de liquidação por arbitramento	421
18.5 LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM (“POR ARTIGOS DE LIQUIDAÇÃO”).....	421
18.5.1 Modelo de petição de liquidação por artigos de liquidação.....	424
18.6 LIQUIDAÇÃO MISTA.....	425
18.7 LIQUIDAÇÕES AUTÔNOMAS	426
18.8 LIQUIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	426
19. EMBARGOS DO DEVEDOR E IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	427
19.1 EMBARGOS DO DEVEDOR.....	427
19.1.1 Fundamento jurídico	427
19.1.2 Cabimento.....	427
19.1.3 Objeto	431
19.1.4 Legitimação.....	437
19.1.5 Competência.....	438
19.1.6 Prazo	440
19.1.7 Garantia do juízo.....	441
19.1.8 Custas processuais.....	442
19.1.9 Efeitos dos embargos à execução	442
19.1.10 Procedimento	444
19.1.11 Estrutura.....	446
19.1.12 Resposta do embargado	447
19.1.13 Modelo de embargos à execução	448
19.2 IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO	450
19.2.1 Fundamento jurídico	450
19.2.2 Cabimento.....	450
19.2.3 Objeto	450
19.2.4 Prazo	451
19.2.5 Custas processuais.....	452
19.2.6 Efeitos	452

19.2.7	Procedimento	452
19.2.8	Estrutura.....	453
19.2.9	Manifestação da parte contrária.....	453
19.2.10	Modelo de impugnação à sentença de liquidação.....	453
20.	EXPROPRIAÇÃO TRABALHISTA E A IMPUGNAÇÃO À ARREMA- TAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	455
20.1	EXPROPRIAÇÃO.....	455
20.1.1	Arrematação	455
20.1.1.1	Edital.....	455
20.1.1.2	Praça e leilão.....	457
20.1.1.3	Credor hipotecário.....	458
20.1.1.4	Aspectos procedimentais da arrematação.....	458
20.1.1.5	Lanço vil na arrematação trabalhista	460
20.1.1.6	Auto de arrematação	461
20.1.1.7	Desfazimento da arrematação.....	461
20.1.1.8	Carta de arrematação	462
20.1.1.9	Consequências da arrematação.....	462
20.1.2	Adjudicação	462
20.1.2.1	Legitimação para a adjudicação	463
20.1.2.2	Procedimento	464
20.1.3	Alienação por iniciativa particular ou em leilão judicial	465
20.1.4	Remição.....	466
20.2	IMPUGNAÇÃO À ARREMAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO	466
20.2.1	Fundamento jurídico	466
20.2.2	Cabimento.....	466
20.2.3	Custas processuais	468
20.2.4	Procedimento	468
20.2.5	Estrutura.....	468
20.2.6	Contraminuta	468
20.3	MODELO DE IMPUGNAÇÃO À ARREMAÇÃO.....	468
21.	EMBARGOS DE TERCEIRO.....	471
21.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	471
21.2	CABIMENTO	471
21.3	OBJETO	472
21.4	LEGITIMIDADE.....	472

21.5	COMPETÊNCIA	474
21.6	PRAZO	474
21.7	CUSTAS PROCESSUAIS	475
21.8	EFEITOS	475
21.9	PROCEDIMENTO	476
21.10	ESTRUTURA	476
21.11	RESPOSTA	477
21.12	RECURSO	477
21.13	MODELO DE EMBARGOS DE TERCEIRO	477
22.	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	481
22.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	481
22.2	CABIMENTO	481
22.3	PRAZO	482
22.4	CUSTAS PROCESSUAIS	482
22.5	PROCEDIMENTO	482
22.6	ESTRUTURA	483
22.7	CONTRAMINUTA	483
22.8	MODELO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	483

PARTE III | AÇÕES CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO DO TRABALHO

23.	MANDADO DE SEGURANÇA	489
23.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	489
23.2	CABIMENTO E ATOS ATACÁVEIS	489
23.3	LEGITIMIDADE ATIVA	495
23.3.1	<i>Writ</i> individual	495
23.3.1.1	Capacidade postulatória	496
23.3.2	<i>Writ</i> coletivo	496
23.4	LEGITIMIDADE PASSIVA	496
23.5	LITISCONSÓRCIO	499
23.6	COMPETÊNCIA	500
23.7	PRAZO PARA AJUIZAMENTO	501
23.8	MEDIDA LIMINAR	502
23.9	RECURSOS CONTRA A DECISÃO LIMINAR	503

23.9.1	Agravo de instrumento	503
23.9.2	Pedido de suspensão dos efeitos da liminar	505
23.10	DECISÃO	505
23.11	RECURSOS CONTRA SENTENÇA	507
23.12	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	509
23.13	PROCESSAMENTO	509
23.14	MODELO DE MANDADO DE SEGURANÇA	511
24.	HABEAS CORPUS	515
24.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	515
24.2	ASPECTOS DO <i>HABEAS CORPUS</i>	515
24.3	CABIMENTO	516
24.4	OBJETO	519
24.5	COMPETÊNCIA FUNCIONAL	519
24.6	LEGITIMIDADE ATIVA	520
24.7	LEGITIMIDADE PASSIVA	521
24.8	PEDIDO LIMINAR	521
24.9	CUSTAS PROCESSUAIS	521
24.10	RECURSOS	521
24.11	NOMEAÇÃO DO DEPOSITÁRIO	522
24.12	MODELO DE <i>HABEAS CORPUS</i>	524
25.	HABEAS DATA	527
25.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	527
25.2	CABIMENTO	527
25.3	O <i>HABEAS DATA</i> E A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	528
25.4	SUJEITO PASSIVO	532
25.5	CUSTAS PROCESSUAIS	535
25.6	PROCEDIMENTO	535
25.7	ESTRUTURA	536
25.8	MODELO DE <i>HABEAS DATA</i>	537
26.	DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO	541
26.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	541
26.2	CONCEITO E ESPÉCIES	541
26.2.1	Dissídio de greve	542
26.3	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL	544

26.4	PRAZO PARA INSTAURAÇÃO DO DISSÍDIO	544
26.5	CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	545
26.5.1	Legitimidade.....	546
26.5.1.1	Deliberação da assembleia.....	548
26.5.2	Interesse de agir.....	550
26.5.2.1	Negociação prévia frustrada.....	550
26.5.3	Possibilidade jurídica do pedido	551
26.5.4	Ajuizamento de “comum acordo”	553
26.6	PROCEDIMENTO.....	555
26.6.1	Instauração do dissídio coletivo	555
26.6.1.1	Dissídio de extensão	556
26.6.1.2	Dissídio de revisão.....	557
26.6.2	Pedido de instauração	558
26.6.2.1	Custas processuais.....	561
26.6.2.2	Depósito recursal.....	562
26.6.3	Audiência	562
26.6.4	Resposta	564
26.6.4.1	Contestação	565
26.6.4.2	Reconvenção.....	566
26.6.4.3	Exceção.....	567
26.6.5	Diligências necessárias.....	567
26.6.6	Sentença normativa.....	568
26.6.6.1	A coisa julgada da sentença normativa	572
26.6.7	Recursos cabíveis.....	573
26.6.7.1	Efeito suspensivo do recurso ordinário	574
26.7	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA....	575
26.8	MODELO DE DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE	581

PARTE IV | AÇÕES DE PROCEDIMENTO ESPECIAL NO PROCESSO DO TRABALHO

27.	INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	587
27.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	587
27.2	CABIMENTO	587
27.3	PRAZO.....	588
27.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	589
27.5	PROCEDIMENTO.....	589

27.6	ESTRUTURA	590
27.7	MODELO DE INQUÉRITO DE APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	590
28.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	593
28.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	593
28.2	CABIMENTO	593
28.3	NATUREZA JURÍDICA	594
28.4	COMPETÊNCIA	594
28.5	LEGITIMIDADE	594
28.6	AJUIZAMENTO	595
28.7	PRAZO PRESCRICIONAL	595
28.8	ESTRUTURA	596
28.9	MODELO DE AÇÃO DE CUMPRIMENTO	596
29.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO	599
29.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	599
29.2	CABIMENTO	599
29.3	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL	600
29.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	601
29.5	PROCEDIMENTO	601
29.6	ESTRUTURA	603
29.7	MODELO DE AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	604
30.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	607
30.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	607
30.2	CABIMENTO	607
30.3	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	608
30.4	PROCEDIMENTO	608
30.5	ESTRUTURA	609
30.6	MODELO DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	609
31.	AÇÃO REVISIONAL	613
31.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	613
31.2	CABIMENTO	613
31.3	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	614
31.4	PROCEDIMENTO	615
31.5	ESTRUTURA	615
31.6	MODELO DE AÇÃO REVISIONAL	615
32.	HABILITAÇÃO INCIDENTAL	617
32.1	FUNDAMENTO JURÍDICO	617

32.2	CABIMENTO	617
32.3	COMPETÊNCIA	618
32.4	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	618
32.5	PROCEDIMENTO.....	619
32.6	ESTRUTURA	619
32.7	MODELO DE REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO INCIDENTAL.....	620
33.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	621
33.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	621
33.2	ASPECTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	621
33.3	CABIMENTO	624
33.3.1	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	624
33.3.2	Impedimento ou incompetência absoluta do juiz.....	625
33.3.3	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	625
33.3.4	Ofensa à coisa julgada.....	628
33.3.5	Violar manifestamente norma jurídica.....	629
33.3.6	Falsidade da prova	634
33.3.7	Prova nova.....	634
33.3.8	Erro de fato verificável do exame dos autos.....	635
33.3.9	Confissão, desistência ou transação.....	636
33.4	PRAZO DE AJUIZAMENTO	637
33.5	LEGITIMIDADE.....	639
33.6	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	640
33.7	NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO NA RESCISÓRIA	641
33.8	VALOR DA CAUSA.....	641
33.9	CUSTAS PROCESSUAIS.....	641
33.10	DEPÓSITO PRÉVIO.....	642
33.10.1	Modelo de guia de depósito prévio.....	642
33.11	PROCEDIMENTO.....	643
33.12	ESTRUTURA	645
33.12.1	Tutela provisória na ação rescisória.....	646
33.12.2	Os pedidos da ação rescisória.....	646
33.13	MODELO DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	647
34.	AÇÃO ANULATÓRIA.....	651
34.1	FUNDAMENTO JURÍDICO.....	651
34.2	CABIMENTO	651

34.3	AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO OU ATO JUDICIAL.....	652
34.4	AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULA CONVENCIONAL.....	652
34.5	AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL.....	653
34.6	LEGITIMIDADE ATIVA.....	653
34.7	COMPETÊNCIA.....	656
34.8	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	657
34.9	PROCEDIMENTO.....	658
34.10	ESTRUTURA.....	658
34.11	MODELO DE AÇÃO ANULATÓRIA.....	658
	BIBLIOGRAFIA.....	663